



Pós-Graduação

# Prática em Direito Previdenciário

12 meses

Presencial

Direito é aqui



# Apresentação do curso

---

As recentes alterações legais em matéria previdenciária, exigem que o profissional do Direito esteja atualizado, quanto aos aspectos práticos dos regimes de Previdência Social e, a crescente demanda no âmbito do Direito Previdenciário confirma a importância deste ramo das ciências jurídicas.

O Direito Previdenciário é assunto de interesse geral, pouco explorado nas graduações e demais cursos jurídicos, gerando uma carência de profissionais capacitados a prestar assistência jurídica adequada às demandas previdenciárias atuais. Neste cenário, o IGD oferta a inovadora Pós-graduação Prática em Direito Previdenciário, espaço aberto para estudo e debate sobre a aplicação das novas regras previdenciárias.

Sob a coordenação do Prof. Frederico Amado e com um corpo docente de excelência esta pós-graduação abordará temas materiais e processuais do Direito Previdenciário, tanto no Regime Geral quanto em Regime Próprio da Previdência Social, com especial atenção ao Regime Geral, onde se concentra maior volume de demandas. As aulas contemplam temas como benefícios por incapacidade laboral, benefícios rurais, a aposentadoria por agentes nocivos e a pensão por morte, além dos principais procedimentos para revisão e reajustamento de benefícios e a prática em cálculos previdenciários, assim como toda a parte processual indispensável à prática profissional.



# Metodologia

## Pós-Graduação

A Pós-graduação do IGD é exemplo de inovação e traz a prática aos profissionais de direito. São cursos que, entregam mais que o conteúdo programático, apresentando aos alunos novas possibilidades, formas de ver o mercado de trabalho e suas interações, através do desenvolvimento de habilidades que vão muito além do saber jurídico.

Nesta Pós-Graduação, o Direito é estudado a partir de uma visão sistêmica e com foco na prática jurídica, conectando o estudante à juristas renomados e com uma ampla experiência de mercado. Isso fomenta o empreendedorismo e a empregabilidade a partir de um ecossistema jurídico, desenvolvendo um aprendizado significativo através de conteúdos, que propiciem as habilidades que se espera do profissional do futuro.



O curso é ofertado na modalidade presencial com encontros mensais (máximo dois encontros mês) as sextas e sábados. Para a obtenção do certificado de pós-graduação lato sensu é necessário que o(a) aluno(a) tenha frequentado, em percentual mínimo de 75% da carga horária de cada módulo e que tenha nota mínima 7,0 nas respectivas avaliações de aprendizagem.

As aulas na sexta-feira acontecem das 19h às 22h e no sábado das 08h às 12h30 e 14h às 17h. O curso tem duração de 12 meses, com acréscimo do prazo para desenvolvimento do TCC, caso o(a) aluno(a) opte por cursá-lo.



Matriz curricular atualizada focada nos principais pontos do direito, com ênfase na Prática Jurídica.



Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) optativo, inclusive, atendendo às exigências para prova de títulos nos principais concursos do país.



Corpo docente de renome, com professores mestres, doutores e profissionais atuantes no direito, reconhecidos em âmbito nacional.



Módulos para aperfeiçoamento de carreira e desenvolvimento pessoal: Português Jurídico; Compliance e LGPD; Posicionamento Digital e Gestão de Escritório.



Aulas com enfoque totalmente voltada à prática, permeadas por estudo de caso e debates orientados, privilegiando a participação do estudante no processo de aprendizagem.



Biblioteca Digital a disposição do aluno durante todo o curso.

## Por que escolher o IGD?

- ◆ Instituição especializada no ensino jurídico devidamente credenciada ao MEC, garantindo assim a certificação dos concluintes deste curso.
- ◆ O IGD se destaca com seu ensino de qualidade, envolvendo as questões humanísticas, tecnológicas, ambientais e sociais, dentro de uma visão ampla, inclusiva e ética.
- ◆ Corpo docente de excelência, composto por membros do judiciário, advogados atuantes, autores de grande relevância para o estudo do Direito, todos com ampla experiência na docência superior.
- ◆ Infraestrutura física e tecnológica de excelência, que sustenta a metodologia do ensino híbrido e cursos EAD, incluindo aulas ao vivo.
- ◆ Transforma suas habilidades em diferenciais competitivos. Tenha uma experiência IGD.

# Estrutura curricular

## Módulos obrigatórios 360 horas

- ▶ RGPS: administração, princípios, segurados obrigatórios e facultativos, filiação e inscrição
- ▶ RGPS: Regras gerais do Plano de Benefícios
- ▶ RGPS: Aposentadoria especial por agentes nocivos
- ▶ RGPS: Aposentadorias programadas
- ▶ RGPS: Benefícios por incapacidade laboral e perícia médica
- ▶ RGPS: Custeio da Previdência Social e a sua reflexão no Plano de benefícios
- ▶ RGPS: Benefícios do Segurado Especial
- ▶ RGPS: Dependentes, pensão por morte e auxílio-reclusão
- ▶ RGPS: Cálculos Previdenciários e revisionais
- ▶ Processo judicial previdenciário com ênfase no JEF
- ▶ Processo Administrativo Previdenciário
- ▶ Benefícios assistenciais do INSS: BPC/LOAS e SDPA
- ▶ Regime Próprio de Previdência Social
- ▶ Regime de Previdência Complementar
- ▶ Português Jurídico
- ▶ Posicionamento Digital
- ▶ Gestão de Escritório
- ▶ Compliance e LGPD

## Módulos optativos 20 horas

- ▶ Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Carga horária total com optativa



**380 horas**

# Conteúdo

## Módulos Jurídicos

---

### RGPS: administração, princípios, segurados obrigatórios e facultativos, filiação e inscrição

Antecedentes históricos do RGPS. Administração. Princípios informadores. Segurados obrigatórios: empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso, segurado especial e contribuinte individual. Segurados facultativos. Filiação. Idade mínima. Inscrição. Pontos controvertidos. Posição do INSS e do Poder Judiciário.

### RGPS: Regras gerais do Plano de Benefícios

Acidente de trabalho: típico, doenças ocupacionais e por equiparação. Comunicação de acidente do trabalho. Nexo técnico epidemiológico. Procedimento. Período de carência. Exigência e dispensa. Regra de 1/2 da carência e sua revogação. Contribuições em atraso. Tempo de contribuição e de serviço. Período de graça. Computo. Inovações do INSS favoráveis aos segurados. Descontos nos benefícios. Pontos controvertidos. Posição do INSS e do Poder Judiciário.

### RGPS: Aposentadoria especial por agentes nocivos

Tempo especial e aposentadoria especial. Segurados acobertados. Documentos: registros ambientais e formulários. Renda mensal. Agentes nocivos. Divergências entre o INSS e a Jurisprudência. Eletricidade. Vigilantes. Rol de agentes nocivos. Quantitativos e qualitativos. Agentes cancerígenos da LINACH. NR's. Regimes de presunção e direito adquirido. Enquadramentos por analogia. Jurisprudência e INSS. EPI eficaz e ineficaz. Pontos controvertidos. Questões processuais. Prova técnica. Perícia judicial. A prova por similaridade.

### RGPS: Aposentadorias programadas

Aposentadoria por idade urbana. Regras gerais. Regras especiais. Impactos da Emenda 103/2019 nas regras permanentes e de transição. Trabalhadores rurais. Garimpeiros. Pescadores artesanais. Deficientes. Híbridez. DIB. Renda Mensal. Pontos controvertidos. Regras de transição. Tempo de serviço e de contribuição. Períodos considerados e não considerados. Pontos controvertidos. Períodos fictícios. Impactos da Emenda 103/2019 nas regras permanentes e de transição. Benefícios por incapacidade. Tempo de contribuição. Contagem recíproca. CTC. Regulamentação. Indenização previdenciária. Comum. Professor do ensino básico. Deficiente. Graus de deficiência. Perícia biopsicossocial. Pesquisa detalhada da jurisprudência do STF, STJ e TNU.

## RGPS: Benefícios por incapacidade laboral e perícia médica

Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Auxílio-acidente. Espécies. Acidentário e comum. Renda mensal. Hipóteses de concessão. Incapacidade temporária e permanente. Parcial e Total. Doenças e incapacidades preexistentes. Carência e dispensa. DIB. DCB. DER. DAT. DII. DID. Alta programada administrativa e judicial. Agendamento. Revisão administrativa e “pente fino”. Manual de Perícia Médica do INSS. Perícia administrativa e judicial. Laudo. Quesitação. Hipóteses de cancelamento. Reabilitação profissional. Mensalidades de recuperação. Efeitos do benefício acidentário. Hipóteses de isenção de perícia. A atuação do advogado privado nos benefícios por incapacidade laboral.

## RGPS: Custeio da Previdência Social e a sua reflexão no Plano de benefícios

Salário de contribuição. Parcelas incorporáveis e não incorporáveis. Limites mínimo e máximo. Pontos controvertidos. Posição da RFB e do Poder Judiciário.

## RGPS: Benefícios do Segurado Especial

Segurado especial. Hipótese de filiação. Produtor rural. Pescador artesanal. Presunção de recolhimento da contribuição. Idade mínima. Pontos controversos. Hipóteses de caracterização e descaracterização da qualidade de segurado especial. Área do imóvel rural. Dimensão da embarcação. A prova material. Documentos mais utilizados. Contemporaneidade. Aposentadoria por idade do segurado especial. Híbrida. Regra de transição. Benefícios por incapacidade laborativa. Salário-maternidade. Auxílio-acidente. Renda mensal. Competência jurisdicional. Pontos controversos.

## RGPS: Dependentes, pensão por morte e auxílio-reclusão

Dependentes. Classes. Presunção. Provas. Pontos controvertidos. Invalidez e deficiência. Concubinato. Pensão por morte. Pressupostos. Tempus Regit Actum. Renda. Pensão vitalícia e temporária. Memorandos-circulares do INSS. Hipóteses de cancelamento. Auxílio-reclusão. Pontos controvertidos. Baixa renda e caracterização. Hipóteses de suspensão e cancelamento. Auxílio temporário e sem limite de prazo. Pesquisa detalhada da jurisprudência do STF, STJ e TNU.

## RGPS: Cálculos Previdenciários e Revisionais

Cálculo do salário de benefício. Regras atuais e anteriores. Inovações e polêmicas da Emenda 103/2019. Concessão. Revisão. RMI. Reajustamento. Sistemas de cálculo. Revisão de renda mensal para correção de salário de contribuição; Revisão de renda mensal com base em

decisão da Justiça do Trabalho; - Readequação do salário de benefício com base nas Emendas 20/1998 e 41/2003 (período não revisado do buraco negro); - Revisão do artigo 29, II, da Lei 8.213/91; - Antecipação da data de início do benefício (DIB) – tese do STF do melhor benefício; Teses do fator previdenciário; - Revisão da “vida toda”; - Prescrição quinquenal e decadência decenal. Nova fórmula de cálculo de benefícios na EC 103/2019. Divisor mínimo de 60%.

## Processo judicial previdenciário com ênfase no JEF

Questões processuais judiciais práticas sobre os benefícios previdenciários do RGPS: competência jurisdicional, coisa julgada, prévio requerimento administrativo, ação rescisória, prerrogativas do INSS em juízo, intervenção do MP, pedido nas ações previdenciárias, honorários advocatícios, juros e correção monetária. Questões processuais dos Juizados Especiais Federais no 1º grau. Questões processuais dos Juizados Especiais Federais em grau recursal: embargos de declaração, recurso inominado, agravos internos e externos, pedido de uniformização para a TRU, TNU e STJ. Recurso extraordinário. Fase de execução no JEF.

## Processo Administrativo Previdenciário

Processo administrativo previdenciário. Fases. Inicial. Instrutória. Decisória. Recursal. Justificação administrativa. Cumprimento. INSS digital. Procedimentos. Acordos de cooperação técnica. Convênio com a OAB. Cadastramento. Meu INSS. Acesso. Senha.

## Benefícios assistenciais do INSS: BPC/LOAS e SDPA

BPC. LOAS. Critério de renda mensal. Controvérsia. Posição do STF, STJ e INSS. Idoso. Deficiente. Perícia biopsicossocial. Ações coletivas nacionais. Procedimento administrativo. Formulários. Pontos controversos. SDPA. Caracterização do pescador artesanal profissional. Registro de pesca. Hipóteses de concessão. Hipóteses de cancelamento. Prova.

## Regime Próprio de Previdência Social

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Regras Permanentes. Lei 9.717/98. Lei 10.887/2004. Regulamentação do Poder Executivo da União. Regras de transição (Emendas 20, 41, 47, 70 e 88) para servidores estaduais e municipais. Novas regras permanentes e de transição para servidores federais (Emenda 103/2019 - Reforma Constitucional da Previdência). Custeio. Segurados. Dependentes. Aposentadorias. Voluntárias e involuntárias. Ordinárias e extraordinárias. Pensão por morte. Demais benefícios. Reajustamento. Abono de permanência.

## Regime de Previdência Complementar

Regras constitucionais do regime de previdência complementar. Características. Princípios. Autonomia. Facultatividade. Regulação pela LC 109/2001. Lastro na constituição de reservas.

Paridade do patrocínio da Administração Pública. Informação e publicidade. Objetivos. Aplicação do CDC. Competência jurisdicional. Impenhorabilidade de benefícios. Prescrição quinquenal progressiva. Planos de benefícios. Participantes. Assistidos. Entidades fechadas de previdência complementar. Natureza. Classificação. Objetivo. Fiscalização. PREVIC. Reajustamento. Imunidade tributária. Convênio de adesão. Retirada de patrocínio. Direito adquirido. Benefício proporcional diferido. Autopatrocínio. Portabilidade. Resgate. Plano de custeio. Contribuições ordinárias e extraordinárias. Entidades abertas de previdência complementar. Natureza. Objetivo. Intervenção e liquidação extrajudicial. Indisponibilidade de bens. Patrocínio. Administração Pública. Entidades de previdência complementar. Regras específicas. LC 108/2001. Estudo das principais regras do Regulamento da PREVI. Tributação progressiva e regressiva. Lei 11.053/2004. PGBL. VGBL. Previdência complementar do servidor público. Regras constitucionais. Regras do serviço público federal. Lei 12.618/2012. Vigência. Migração. Benefício especial. Plano de custeio. Fiscalização. Funpresp EXE. Funpresp JUD. Princípios. Estudo das principais regras do Regulamento da FUNPRESP-EXE.

## Português Jurídico

Tópicos gerais de gramática. O estudo do vocabulário jurídico. Técnicas de redação: desenvolvimento do parágrafo, os principais recursos argumentativos.

## Posicionamento Digital

Introdução ao Marketing. Noções de comunicação. Posicionamento Digital. Posicionamento Vs Área de Atuação. Marketing de conteúdo (permission marketing). Persona. Mapeamento de Persona. Títulos (headline). Copywriting. Estrutura PAS.

## Gestão de Escritórios

Gestão de negócios: Gestão de Projetos. Gestão de Tempo e de agenda. Ferramentas eletrônicas para Gestão. Gestão estratégica de pessoas. Desenvolvendo relacionamentos e rede de parceiros. Gestão de Contratações. Gestão financeira sustentável: gestão de custos e Captação de Recursos. Direito Tributário e Societário aplicado aos serviços jurídicos: Direito tributário - planejamento tributário aplicável a escritórios de advocacia e organizações que prestam serviços jurídicos. Direito societário: planejamento sucessório, constituição de holdings e acordos de sócios quotistas. Governança Corporativa.

## Compliance e LGPD

Criação de um programa de Compliance: Comprometimento da diretoria. Criação de padrões, procedimentos e controles. Treinamento efetivo e comunicação. Avaliação, monitoramento e auditoria. Execução, incentivos e disciplina. Devido cuidado na delegação de responsabilidades.

Melhoria contínua: Fiscalização e Monitoramento. Compliance e os Conflitos de interesses. Regulação de transparência. Data privacy e LGPP.

## Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Estrutura do projeto de pesquisa. Importância e formulação do problema de pesquisa. O Problema de pesquisa e sua delimitação. Objetivo geral e objetivos específicos. Referencial teórico apropriado para o problema de pesquisa. A metodologia da pesquisa. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elaboração de um projeto de pesquisa. Normas para elaboração do Trabalho Monográfico. Normas para elaboração de Artigo Científico.

## Corpo Docente

### *Núcleo do curso*

---

#### Alexandre Amui

Advogado atuante nas áreas trabalhista e previdenciária. Professor. Mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas. Autor de artigos jurídicos e obras coletivas.

#### Amanda Leão

Especialista em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pelo Instituto Goiano de Direito. Bacharel em Direito pela Faculdade Alfredo Nasser.

#### Bruna Ortiz

Advogada, professora especialista em Direito Previdenciário e Mestranda em Ciência Jurídica, Diretora Jurídica do IEPREV e Diretora do Núcleo de Direito Previdenciário da ESA/SC.

#### Delúbio Gomes

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil na Subsecretaria de Regimes Previdência, professor mestre em Direito e autor de obras jurídicas na área previdenciária.

#### Eduardo Guedes

Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Goiás, Mestre em Direito Trabalhista e Relações Sociais pela UDF, Pós Graduado em Direito e Processo do Trabalho e Docência Universitária pela Faculdade Damásio de Jesus.

#### Flaviano Nicodemos de Andrade Lima

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, professor mestre em Direito e Autor do livro Direito Previdenciário para Concursos.

#### Giovana Guimarães de Miranda

Advogada atuante na área previdenciária, professora mestra em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da OAB-PREV.

#### Hermes Alencar

Procurador Federal, junto à Procuradoria Federal Especializada INSS/Advocacia-Geral da União, professor mestre em Ciências Sociais e autor do livro "Cálculo de Benefícios Previdenciários Teses Revisórias. Da teoria à prática" pela editora Atlas, e outras obras em Direito Previdenciário.

#### Jamyl de Jesus Silva

Advogado, professor e Procurador do Estado de Goiás. Tem experiência na área de Direito Público, especialmente em Direito Administrativo, Improbidade Administrativa e Direito Penal.

#### Jesus Nagib

Advogado previdenciarista, professor mestre em Direito e palestrante e autor do livro "Aposentadoria especial dos profissionais da saúde na prática: de acordo com a EC 103/2019 e o decreto 10.410/2020" pela Editora Lujur.

#### Malcon Robert Lima Gomes

Advogado militante na área previdenciária e matérias relativas aos servidores públicos, professor especialista em Direito Previdenciário.

# Cronograma

---

- ◆ Disponível no site do IGD  
[portaligd.com.br](http://portaligd.com.br)



*Direito é aqui*